

PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM – ASSISTENTES TÉCNICOS

(Aviso (Extrato) n.º 486/2022, de 10 de janeiro; Código de Oferta BEP n.º OE202201/0162)

**PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS – 30/03/2022**

**ANTES DE RESPONDER, LEIA ATENTAMENTE O SEGUINTE:**

- A Prova de Conhecimentos tem a duração de 60 minutos, com 30 minutos de tolerância.
- A prova é realizada sem consulta.
- A Prova de Conhecimentos consta de 40 questões de escolha múltipla, em que apenas uma opção está correta.
- A prova é valorada de 0 a 20 valores e cada questão tem a valoração de 0,5 valores.
- Observe o exemplar do teste que recebeu, verifique se está completo e se termina com a palavra FIM.
- No caso de não dispor de um exemplar correto, dirija-se ao vigilante, para que lhe seja feita a troca por um outro, pois se alguma questão estiver em falta, o candidato será avaliado como se não tivesse respondido.

**NORMAS**

- Deve assinalar a única resposta correta com um X.
- Caso pretenda corrigir uma resposta assinalada, deve riscar a primeira resposta dada, assinalar a resposta correta com um X e rubricar à frente.
- Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.
- Respostas a lápis serão anuladas.
- Não é permitido o uso de corretor.
- Não é permitida a consulta de dicionário, telemóvel ou qualquer outro meio ou documento de consulta.
- Qualquer telemóvel, relógio com comunicação wireless (smartwatch), ou outro meio de comunicação móvel que seja detetado na posse de um candidato, quer esteja ligado ou desligado, determina a anulação da prova.
- Não se aceitam folhas de rascunho.

**O NÃO CUMPRIMENTO DE QUALQUER DAS NORMAS ACIMA REFERIDAS IMPLICA A ANULAÇÃO DA PROVA NO TODO OU EM PARTE.**

1. Ano letivo corresponde:
  - A) O período de tempo contido dentro do ano escolar no qual são desenvolvidas as atividades escolares, correspondente a um mínimo de 180 dias efetivos.
  - B) O período entre 1 de setembro e 31 de agosto.
  - C) O período entre 1 de setembro e 15 de julho.
  - D) O período entre 1 de janeiro a 31 de dezembro.
  
2. Em situações excecionais previstas na lei, o membro do Governo responsável pela área da educação pode autorizar, a requerimento do encarregado de educação, a antecipação ou o adiamento da matrícula no 1.º ano do 1.º ciclo do ensino básico. O requerimento referido anteriormente é apresentado, consoante o caso:
  - A) No estabelecimento de educação e de ensino frequentado pela criança, preferencialmente por correio eletrónico, até ao último dia para requerer a matrícula do ano escolar imediatamente anterior ao pretendido para a antecipação ou adiamento da matrícula, dirigido aos Serviços de Administração Escolar.
  - B) No estabelecimento de educação e de ensino que pretende frequentar, preferencialmente por correio eletrónico, até ao último dia para requerer a matrícula do ano escolar imediatamente anterior ao pretendido para a antecipação ou adiamento da matrícula, acompanhado por proposta da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva.
  - C) No estabelecimento de educação e de ensino frequentado pela criança ou no estabelecimento de educação e de ensino que pretende frequentar, preferencialmente por correio eletrónico, até ao último dia para requerer a matrícula do ano escolar imediatamente anterior ao pretendido para a antecipação ou adiamento da matrícula, dirigido ao respetivo diretor, acompanhado por proposta da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva.
  - D) No instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.
  
3. Entende-se por procedimento administrativo:
  - A) A sucessão ordenada de atos e formalidades relativos à formação, manifestação e execução da vontade dos órgãos da Administração Pública, e o conjunto de documentos devidamente ordenados em que se traduzem os atos e formalidades que integram o procedimento administrativo;
  - B) O conjunto de documentos devidamente ordenados em que se traduzem os atos e formalidades que integram o procedimento administrativo;
  - C) A sucessão ordenada de atos e formalidades relativos à formação, manifestação e execução da vontade dos órgãos da Administração Pública;
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
  
4. Exceto quanto ao prazo de decisão do procedimento e na falta de disposição especial ou de fixação pela Administração, o prazo para os atos a praticar pelos órgãos administrativos é de:
  - A) 5 dias.
  - B) 10 dias.
  - C) 30 dias.
  - D) 360 dias.

5. São publicados na 2.<sup>a</sup> série do Diário da República, por extrato:
- A) Os contratos a termo resolutivo e as respetivas renovações.
  - B) Os contratos por tempo indeterminado, bem como os atos que determinam, relativamente aos trabalhadores contratados, mudanças definitivas de órgão ou serviço ou de categoria.
  - C) Os contratos de prestação de serviço e as respetivas renovações.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
6. É aplicável ao vínculo de emprego público, sem prejuízo do disposto na Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e com as necessárias adaptações, o disposto no Código do Trabalho e respetiva legislação complementar com as exceções legalmente previstas, nomeadamente em matéria de:
- A) Relação entre a lei e os instrumentos de regulamentação coletiva e entre aquelas fontes e o contrato de trabalho em funções públicas e direitos de personalidade.
  - B) Parentalidade e trabalhador estudante.
  - C) Tempos de não trabalho.
  - D) Todas as alíneas estão corretas.
7. A falta de entrega do documento comprovativo da doença, no prazo de cinco dias úteis (nos termos do n.º 1, do artigo 17.º, da Lei n.º 35/2014), implica, se não for devidamente fundamentada:
- A) A injustificação de faltas.
  - B) A justificação de todas as faltas dadas.
  - C) A injustificação das faltas dadas até à data da entrada do documento comprovativo nos serviços.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
8. O exercício de funções públicas não pode ser acumulado com funções ou atividades privadas que:
- A) Sejam legalmente consideradas incompatíveis com as funções públicas.
  - B) Sejam desenvolvidas em horário sobreposto, ainda que parcialmente, ao das funções públicas.
  - C) As alíneas A) e B) estão corretas.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
9. No contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, o período experimental dos trabalhadores integrados na carreira de assistente técnico tem a duração de:
- A) 30 dias.
  - B) 60 dias.
  - C) 90 dias.
  - D) 180 dias.

- 10.** Para efeitos da contagem do período experimental, são tidos em conta:
- A) Os dias de falta, os dias de licença e os dias de dispensa.
  - B) Os períodos de suspensão do vínculo.
  - C) Alíneas A) e B) estão corretas.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
- 11.** De acordo com a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas é proibido ao empregador público:
- A) Obstar, injustificadamente, à prestação efetiva do trabalho.
  - B) Não exercer pressão sobre o trabalhador para que influencie desfavoravelmente nas condições de trabalho próprias ou dos colegas.
  - C) Sujeitar o trabalhador a mobilidade, salvo nos casos previstos na lei.
  - D) Alíneas A) e C) estão corretas.
- 12.** O trabalhador está sujeito aos deveres previstos na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, noutros diplomas legais e regulamentos e no instrumento de regulamentação coletiva de trabalho que lhe seja aplicável. São deveres gerais dos trabalhadores:
- A) O dever de prossecução do interesse público, o dever de pontualidade, o dever de imparcialidade, o dever de informação, o dever de zelo, o dever de obediência, o dever de lealdade e o dever de correção.
  - B) O dever de isenção.
  - C) O dever de assiduidade.
  - D) Todas as alíneas estão corretas.
- 13.** Um dos deveres do trabalhador é o dever de correção, que consiste em:
- A) Conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas.
  - B) Não retirar vantagens, diretas ou indiretas, pecuniárias ou outras, para si ou para terceiro, das funções que exerce;
  - C) Tratar com respeito os utentes dos órgãos ou serviços e os restantes trabalhadores e superiores hierárquicos;
  - D) Acatar e cumprir as ordens dos legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e com a forma legal.
- 14.** O Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública, abreviadamente designado por SIADAP 3, comporta o seguinte ciclo de avaliação:
- A) Anual.
  - B) De cinco ou três anos, de acordo com a duração da comissão de serviço.
  - C) Bienal.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.

15. Quando, para os efeitos previstos na lei, for necessário proceder a desempate entre trabalhadores ou dirigentes que tenham a mesma classificação final na avaliação de desempenho, releva consecutivamente:
- A) A avaliação obtida no parâmetro de «Resultados» e a última avaliação de desempenho anterior.
  - B) A penúltima avaliação de desempenho.
  - C) O tempo de serviço relevante na carreira e no exercício de funções públicas.
  - D) Alíneas A) e C) estão corretas.
16. A seleção e o recrutamento do pessoal docente pode revestir a natureza de:
- A) Concurso interno trimestral.
  - B) Concurso externo bienal.
  - C) Concurso interno, concurso externo e concursos para a satisfação de necessidades temporárias.
  - D) Todas as alíneas estão corretas.
17. Num agrupamento de escolas intervém no processo de avaliação do desempenho no âmbito dos Serviços de Administração Escolar:
- A) O(a) Coordenador(a) Técnico(a), o avaliado e o conselho coordenador da avaliação.
  - B) O Diretor, o avaliado e a comissão paritária.
  - C) O Diretor, o avaliado, o avaliador, o conselho coordenador da avaliação e a comissão paritária.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
18. Indique a quem se aplica a 1ª prioridade na ordenação dos candidatos no concurso interno do pessoal docente:
- A) Docentes de carreira vinculados a quadro de zona pedagógica que pretendam a mudança do respetivo lugar.
  - B) Docentes de carreira que pretendam transitar de grupo de recrutamento e sejam portadores de qualificação profissional adequada.
  - C) Docentes de carreira vinculados a agrupamento de escolas ou escola não agrupada que pretendam a mudança do respetivo lugar.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
19. Os candidatos colocados na sequência do concurso interno ou externo do pessoal docente devem obrigatoriamente aceitar a colocação na aplicação informática a disponibilizar pela Direção-Geral da Administração Escolar, no prazo de:
- A) 48 horas correspondentes aos dois primeiros dias úteis seguintes à publicitação da lista de colocação.
  - B) 72 horas após a respetiva colocação.
  - C) Cinco dias úteis.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.

- 20.** De acordo com o Estatuto da Carreira Docente o reconhecimento do direito à progressão ao escalão seguinte depende da verificação cumulativa dos seguintes requisitos:
- A) Da permanência de um período mínimo de serviço docente efetivo no escalão imediatamente anterior, e da atribuição, na última avaliação do desempenho, de menção qualitativa não inferior a *Bom*.
  - B) Da frequência, com aproveitamento, de formação contínua ou de cursos de formação especializada, pelos docentes em exercício efetivo de funções em estabelecimentos de ensino não superior durante, pelo menos, metade do ciclo avaliativo, num total não inferior a: 25 horas, no 5º escalão da carreira docente; 50 horas, nos restantes escalões da carreira docente.
  - C) Alíneas A) e B) estão corretas.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
- 21.** De acordo com o Estatuto da Carreira Docente as férias do pessoal docente em exercício de funções são gozadas:
- A) Entre as interrupções letivas.
  - B) Entre 15 de julho e 15 de setembro.
  - C) Entre o termo de um ano letivo e o início do ano letivo seguinte.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
- 22.** De acordo com o artigo 102º do Estatuto da Carreira Docente o docente pode faltar:
- A) Dois dias por mês por conta do período de férias, até ao máximo de 13 dias por ano.
  - B) Um dia útil por mês, por conta do período de férias, até ao limite de sete dias úteis por ano.
  - C) Alíneas A) e B) estão corretas.
  - D) Nenhuma das alíneas anteriores está correta.
- 23.** O agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista à realização de determinadas finalidades. Das 4 finalidades abaixo indicadas, assinale a opção errada.
- A) Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade.
  - B) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino.
  - C) Acabar com diversidade de identidades e denominações de cada escola em prol da unidade da escola-sede.
  - D) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar.

- 24.** Para fins específicos, designadamente para efeitos da organização da gestão do currículo e de programas, da avaliação da aprendizagem, da orientação e acompanhamento dos alunos, da avaliação, formação e desenvolvimento profissional do pessoal docente, pode a administração educativa, por sua iniciativa ou sob proposta dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, constituir unidades administrativas de maior dimensão por agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. Assinale a razão pela qual o Agrupamento de Escolas de Prado foi excecionado de integração ou de agregação.
- A) As escolas integradas nos territórios educativos de intervenção prioritária.
  - B) As escolas profissionais públicas.
  - C) As escolas de ensino artístico.
  - D) As escolas que prestem serviços educativos permanentes em estabelecimentos prisionais.
- 25.** Tendo em conta as hipóteses apresentadas, selecione a alínea que refere os instrumentos do exercício de autonomia de um agrupamento.
- A) Projeto educativo, Regulamento interno, Planos anual e plurianual de atividades, Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola.
  - B) Projeto educativo, Regulamento interno, Planos anual e plurianual de atividades, Orçamento.
  - C) Projeto educativo, Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola, Planos anual e plurianual de atividades, Orçamento.
  - D) Projeto educativo, Regulamento interno, Estratégia de Educação para a Cidadania de Escola, Orçamento.
- 26.** A administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas é assegurada por órgãos próprios. São órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas os seguintes (assinalar a opção correta):
- A) conselho geral; diretor; conselho pedagógico; órgão de gestão/direção.
  - B) conselho geral; diretor; conselho administrativo; órgão de gestão/direção.
  - C) diretor; órgão de gestão/direção; conselho pedagógico; conselho administrativo.
  - D) conselho geral; diretor; conselho pedagógico; conselho administrativo.
- 27.** Os serviços administrativos são unidades orgânicas flexíveis com o nível de secção e são chefiadas por:
- A) Trabalhador detentor de maior tempo de serviço.
  - B) Trabalhador detentor da categoria de coordenador técnico da carreira geral de assistente técnico.
  - C) Trabalhador nomeado pelo conselho geral.
  - D) Trabalhador nomeado pelo diretor por 4 anos.
- 28.** Para aceder ao processo individual do aluno, necessita de autorização do diretor:
- A) aluno.
  - B) Titulares dos órgãos de gestão e administração da escola.
  - C) Psicólogo.
  - D) Funcionários afetos aos serviços de gestão de alunos e da ação social escolar.

- 29.** O professor ou membro do pessoal não docente que presencie ou tenha conhecimento de comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar por parte do aluno, deve participá-los imediatamente:
- A) Aos serviços administrativos.
  - B) Ao diretor de turma.
  - C) Ao presidente do conselho geral.
  - D) Ao diretor.
- 30.** Em caso de divórcio ou de separação e, na falta de acordo dos progenitores, o encarregado de educação será:
- A) O progenitor com quem o menor fique a residir no fim de semana.
  - B) O progenitor com quem o menor fique a residir.
  - C) O progenitor que fique a viver mais perto da escola que o aluno frequenta.
  - D) O progenitor do sexo feminino.
- 31.** O incumprimento consciente e reiterado pelos pais ou encarregados de educação, relativamente aos seus filhos ou educandos menores ou não emancipados de forma consciente e reiterada, é punido com coimas. O produto das coimas aplicadas constitui:
- A) Receita própria da Câmara Municipal.
  - B) Receita própria do Tribunal de menores.
  - C) Receita própria da escola ou agrupamento.
  - D) Receita própria do Ministério da Educação.
- 32.** Segundo o Decreto-Lei nº55/2018, entende-se por «Dupla certificação»:
- A) O conjunto de documentos em que estão expressos os conhecimentos a adquirir, as capacidades e atitudes a desenvolver pelos alunos
  - B) Áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e ou de articulação curricular, desenvolvidas a partir da matriz curricular-base de uma oferta educativa e formativa.
  - C) O reconhecimento de competências para exercer uma ou mais atividades profissionais e de uma habilitação escolar, através de um diploma.
  - D) A opção metodológica que permite o acesso ao currículo ajustada às potencialidades e dificuldades dos alunos, com recurso a diferentes níveis de intervenção.
- 33.** O ano escolar corresponde ao período compreendido entre:
- A) O dia 1 de setembro de cada ano e o dia 31 de julho do ano seguinte.
  - B) O dia 1 de setembro de cada ano e o dia 31 de agosto do ano seguinte.
  - C) O dia 1 de janeiro e o dia 31 de dezembro de cada ano.
  - D) O primeiro e último dia de aulas.



- 34.** Com vista ao cumprimento da escolaridade obrigatória e à promoção da inclusão social, pode ser adotado, uma vez esgotadas outras medidas de promoção da integração escolar, um programa a funcionar no âmbito de ofertas formativas diversas, constituindo-se como uma medida socioeducativa e formativa de inclusão, de carácter temporário e excecional. Esse programa chama-se:
- A) Programa social de educação e facilitação (PSEF).
  - B) Programa integrado de educação e formação (PIEF).
  - C) Programa autónomo de educação e formação (PAEF).
  - D) Programa gerador de educação. (PGE).
- 35.** As provas de aferição, de aplicação universal e obrigatória, realizam-se no final do:
- A) 4.º, 6.º e do 9.º anos de escolaridade.
  - B) 1.º, 4.º e do 8.º anos de escolaridade.
  - C) 2.º, 5.º e do 8.º anos de escolaridade.
  - D) 3.º, 5.º e do 7.º anos de escolaridade.
- 36.** A informação resultante da avaliação sumativa materializa-se:
- A) No 1.º ciclo do ensino básico e nos 2.º e 3.º ciclos, numa escala numérica de 1 a 5 em cada disciplina.
  - B) No 1.º ciclo do ensino básico, na atribuição de uma menção qualitativa acompanhada de uma apreciação descritiva em cada componente de currículo e nos 2.º e 3.º ciclos, numa escala numérica de 1 a 5 em cada disciplina.
  - C) No 1.º ciclo do ensino básico numa escala numérica de 1 a 5 em cada disciplina e nos 2.º e 3.º ciclos, numa escala numérica de 0 a 20 valores nas disciplinas.
  - D) No 1.º ciclo do ensino básico e nos 2.º e 3.º ciclos, na atribuição de uma menção qualitativa acompanhada de uma apreciação descritiva em cada componente de currículo.
- 37.** As medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão são organizadas em três níveis de intervenção:
- A) Universais, seletivas e pedagógicas.
  - B) Universais, adicionais e pedagógicas.
  - C) Universais, seletivas e adicionais.
  - D) Pedagógicas, seletivas e adicionais.
- 38.** A identificação com a explicitação das razões que levam à necessidade de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, acompanhada da documentação considerada relevante, é apresentada:
- A) Ao diretor de turma.
  - B) Ao coordenador da equipa multidisciplinar.
  - C) Ao diretor da escola.
  - D) Ao presidente do conselho geral.

39. O relatório técnico-pedagógico é o documento que fundamenta a mobilização de medidas seletivas e ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão. Este relatório é parte integrante:
- A) Do dossiê do diretor de turma.
  - B) Do processo individual do aluno.
  - C) Do processo do aluno no órgão de gestão/ direção.
  - D) Do programa INOVAR.
40. Identifique os alunos que têm prioridade na matrícula ou renovação de matrícula na escola de preferência dos pais ou encarregados de educação.
- A) Alunos com programa educativo individual.
  - B) Alunos com currículo normal.
  - C) Alunos do quadro de excelência.
  - D) Alunos que pertenceram à associação de estudantes.

**FIM**